



Anais da Assembléia

Nº 65

CURTIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE MAIO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB – 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB – 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calisto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB – 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB – 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL – 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Reny Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT – 05:** Angelo Vanhoni - Pércles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 18ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1996
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlo Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Nelson Garcia.

As quinze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Varhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Peto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmias da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 083

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação da Proposição n° 004/96 item 01 da presente Ordem do Dia por 10 sessões.

Sala das Sessões, em 21.05.96

(a) CESAR SELEME.

REQUERIMENTO N° 084

SÚMULA: Requer a Retirada, por 10 (dez)

Sessões, da Proposição n° 038/96, constante do item 02 da Ordem do Dia, da Sessão Extraordinária de hoje.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Retirada, por 10 (dez) Sessões, da Proposição n° 038/96 - Veto aposto ao Projeto de Lei n° 039/95, constante do item 02 da Ordem do Dia, da Sessão Extraordinária de hoje, que autoriza o Poder Executivo a doar, às Prefeituras Municipais, todos os veículos automotores, máquinas e implementos de terraplanagem, agrícolas e industriais entregues, até esta data em Regime de Comodato. (Autoria deste Parlamentar).

Sala das Sessões, em 21.05.96

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados:

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado, César Seleme, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões da Proposição n° 004/96, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 062/95. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, da Proposição n° 038/96, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 039/95. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 004/96. Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 062/95, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que torna obrigatória a Instalação de Porta de Segurança nas Agências Bancárias do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CTL/SEEG n° 284/95.

Curitiba, 21 de dezembro de 1995.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 249/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida

pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 062/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo tornar obrigatória a instalação de "porta eletrônica de segurança individualizada e de câmaras de filmagem, gravação e fotografia, nas agências e postos de serviços bancários e em todos os acessos destinados ao público". Visa, ainda, estabelecer características técnicas de tais equipamentos e definir as sanções a que ficariam sujeitos os que infringissem as pretendidas disposições legais.

O veto aposto ao projeto de lei em referência decorre do pormenorizado Parecer sob nº 245/95, da Procuradoria-Geral do Estado, que endosso plenamente e cujo inteiro teor segue em anexo, no qual ficam bem demonstrados aspectos de inconveniência, inoportunidade e ilegalidade de que se reveste a medida.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LEFNER

Governador do Estado.

Veto. Razões anexas.

Em 21.12.95.

Jaime Lerner

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 062/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É obrigatória a instalação de porta eletrônica de segurança individualizada e de câmaras de filmagem, gravação e fotografia, nas agências e postos de serviços bancários e em todos os acessos destinados ao público.

§ 1º - A porta a que se refere este artigo deverá, entre outras, obedecer as seguintes características técnicas:

- a) equipada com detector de metais;
- b) travamento e retorno automático;
- c) abertura ou janela para entrega ao vigilante do metal detectado;

N vidros laminados e resistentes ao impacto de projéteis oriundos de arma de fogo, até calibre 45.

§ 2º - Poderá ser dispensada a exigência contida neste artigo, para uma ou mais agências ou postos de serviços, por meio de acordo coletivo de trabalho celebrado entre as empresas e o Sindicato dos Empre-

gados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná.

Art. 2º - O estabelecimento bancário que infringir o disposto nesta Lei, ficará sujeito às seguintes penalidades:

I - Advertência: Para a primeira atuação, devendo o banco ser notificado, para que efetue a regularização de pendência até 10 (dez) dias úteis;

II - Multa: Será aplicada multa de 10.000 (dez mil) UFIR's por atraso de até trinta dias para a implantação de sistema objeto da presente ou quando não houver a regularização do plano previsto de pendência já punida com advertência, ou em caso de terceira advertência, no período de janeiro a dezembro;

III - Interdição: Dar-se-á a interdição do estabelecimento, após 30 (trinta) dias terminado o prazo, determinado no Artigo 3º desta, bem como pelo não pagamento de multa legalmente exigível no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis após registrada decisão final.

Parágrafo Único - O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná, poderá representar junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública, o (os) infrator (es) desta Lei, que em caso do item II fará encaminhar a infração à Receita Estadual que aplicará a sanção correspondente.

Art. 3º - Os estabelecimentos bancários terão um prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, para instalação dos equipamentos exigidos no Art. 1º desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 21.11.95

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a importância da segurança pessoal e ocupacional de cidadãos de todas as esferas da sociedade, a segurança em estabelecimentos bancários implica fundamentalmente na aplicação e respeito ao direito de segurança, constante entre as necessidades primárias do homem.

A instalação de portas de segurança nas agências bancárias em outras regiões tornou possível reduzir a quase 0 (zero) o índice alarmante de sucesso de assaltos que violam os direitos de cidadãos respeitáveis, evitando inclusive que acontecimentos dessa ordem deixem irreversíveis lesões físicas e/ou emocionais nas vítimas, muitas vezes condenadas a restrições permanentes, quando não óbitos passíveis de serem evitados caso a medida proposta seja acatada.

Muito mais do que imprevisível, assaltos são atualmente acontecimentos constantes e

ocorrem principalmente em locais onde o objetivo é puramente financeiro, ou seja, bancos são o alvo e estes têm traumatizado a sociedade civil e privada, traumas estes que demonstram a impotência dos serviços de segurança oferecidos à sociedade.

Em um Estado que apregoa a filosofia e estilo de vida de primeiro mundo, a instalação de portas de segurança é muito mais do que atender a uma legislação e muito menos oneroso que os seguros sugeridos pelos banqueiros, que garantem parcialmente, mas jamais asseguram a segurança de funcionários e clientes uma vez acontecido um fato dramático/drástico nas dependências de um estabelecimento bancário.

A instalação do objeto desta, é muito mais do que cumprir uma exigência legal, mas passa a ser fundamentalmente um compromisso para com o povo paranaense e em termos de exigência, o procedimento fará com que o governo e sociedade privada cumpram o disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos no que tange a segurança pessoal de clientes bem como saúde ocupacional dos funcionários.

Para o Senhor José Afonso da Silva, "a segurança pública não é só repressão e não é problema apenas da polícia, pois a Constituição, ao estabelecer que a segurança é dever do Estado, direito e de responsabilidade de todos (art. 144), acolheu a Concepção do I Ciclo de Estudos sobre Segurança, segundo a qual é preciso que a questão, seja discutida e assumida como tarefa e responsabilidade de todos, Estado e população".

Legisla portanto o Estado, com base em sua autonomia. Esta é assegurada pelos arts. 18 e 29 e garantida contra os Estados nos arts. 34, II, "c" da Carta Magna. E autonomia significa capacidade ou poder de gerir a própria administração.

Qualquer iniciativa para a proteção do sistema bancário é louvável, visto que a sua compensação é considerada atividade essencial, nos termos do art. 10, inciso XI da Lei 7783, de 28 de julho de 1989 (Lei de Greve).

As despesas decorrentes da instalação dos equipamentos de segurança serão com certeza menores do que prejuízos advindos de eventuais assaltos, trarão mais segurança à população amedrontada que certamente aplaudirá a medida.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 62/95

AUTOR: Deputado César Seleme

PROPOSIÇÃO N° 04/96

VETO de 21.12.95 - Ofício n° CIL/SEEG n° 284/95, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

P A R E C E R :

O Veto foi apresentado dentro do prazo

legal.

Sob os aspectos constitucionais, legal e regimental, não existem óbices à normal tramitação da proposição do veto 04/96, aposto ao Projeto de Lei n° 62/95 de autoria do Excelentíssimo Deputado Cesar Seleme, que torna obrigatória a instalação de porta de segurança nas agências bancárias do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, nada encontramos que impeça a sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO ANNIBELLI - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 038/96. Do Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 039/95, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo a doar, às Prefeituras Municipais, todos os veículos automotores, máquinas e implementos de terraplanagem, agrícolas e industriais entregues, até esta data em regime de comodato. Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/CIL/SEEG n° 005/96

Curitiba, 10 de janeiro de 1996.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 286/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 039/95, por julgá-lo desnecessário e, portanto, contrário ao interesse público, pelo fato de tratar de matéria já devidamente regulada pelas Leis 5.406/66 e 7.967/84, que autorizam a doação, aos municípios, de bens do Estado julgados inservíveis ou em desuso no serviço público.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

PROJETO DE LEI N° 039/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a doar definitivamente às Prefeituras Municipais, todos os veículos auto-

motores, máquinas e implementos de terraplanagem, agrícolas e industriais entregues até esta data, em Regime de Comodato.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.12.95.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento geral que as dificuldades pelas quais passam quase todos os municípios paranaenses, que vão desde problema de ordem material e financeira até dificuldades que refletem a situação atual, ficando muitas vezes aquém do desejado.

Não bastasse a enorme problemática que enfrentam os municípios com os encargos que lhes foram atribuídos, a maioria encontra-se sem condições para atendimento adequado na conservação de estradas condizentes para o escoamento da produção.

O presente Projeto de Lei visa justamente fazer com que o Estado pelo menos auxilie a municipalidade, doando definitivamente os veículos automotores, máquinas e implementos de terraplanagem, agrícolas e industriais entregues, até esta data, em Regime de Comodato. Material esse, na maioria, considerados inservíveis para o Estado, alguns já sucateados e que foram recuperados com enormes sacrifícios pelas Prefeituras.

A maioria das médias e pequenas Prefeituras se devolverem as máquinas e caminhões recebidos em Comodato, ficarão em grandes dificuldades para atender principalmente o setor rodoviário.

Em razão disso, é imperiosa a aprovação desta Proposição que visa estabelecer ação conjunta, onde o Estado, pela sua estrutura pode oferecer uma grande contribuição aos municípios na formulação política de atos interligados para o seu crescimento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 039/95

Veto Governamental

Proposição nº 038/96

Autoria: Dep. Antonio Annibelli

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, autoriza o Poder Executivo a doar, às Prefeituras Municipais, todos os veículos automotores, máquinas e implementos de terraplanagem, agrícolas e industriais entregues até esta data em regime de Comodato.

Analisando o VETO GOVERNAMENTAL em epígrafe, o mesmo foi devolvido em tempo hábil e encontra-se em plenas condições de ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o Relatório.

Sala das Comissões, em 27.02.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTTI COLAÇO - Relator

Conforme requerimentos aprovados, ficam adiadas as Discussões por 10 (dez) sessões, das Proposições nºs 004 e 038/96.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para comunicar a Casa na satisfação desse Deputado com a transformação em Lei de um Projeto de autoria do Poder Judiciário por parte do Governador do Estado, na última sexta-feira, que cria cinco varas de execuções penais e seis varas de infância e da juventude no interior do Estado do Paraná.

Sem dúvida Senhor Presidente, esta Casa quando aprovou esse projeto deu uma demonstração de sensibilidade ao lado do Tribunal de Justiça para com 2 dos mais graves problemas que esse Estado vem enfrentando.

O problema do menor que é o menor abandonado, o menino de rua, o menor infrator, a criança que depende da adoção, e por outro lado a questão do preso, do preso que não vê a Lei de execuções penais ser aplicada em seu benefício, e que por isso mesmo, gera no interior das prisões, revolta, rebelião, motins e tragédias que muitas e muitas vezes nós temos assistido através da televisão nesse País, é verdade, que aqui no Estado nós não temos graças a Deus, essa mesma incidência, mas evidentemente, que de quando em quando, em razão do quase total abandono, porque essa questão foi relegada, nós lamentavelmente também assistimos essas cenas.

Portanto a Assembléia deu uma demonstração de responsabilidade ao dar a esse projeto, o tratamento sério e o Tribunal de Justiça numa visão moderna de descentralização dos serviços, a Justiça também deu uma demonstração de maturidade e responsabilidade.

Para que os Senhores Deputados possam ter uma idéia, a Vara de Execuções Penais foi criada para Londrina, ela terá sob a sua jurisdição, 32 Comarcas, a de Maringá, 36 Comarcas que somadas, são 68 Comarcas que deixarão de mandar para as suas únicas Varas de Execuções aqui em Curitiba, todo o volume de processo de interesse da população do nosso Estado.

Portanto, esta Lei que o Governador Jaime Lerner sancionou sexta-feira, é do maior alcance social, é importante que nós tenhamos essa consciência se existiu uma matéria que é voltada para a pobreza, para o social, essa matéria Deputado Valdir Rossoni, porque ela cuida do preso e do menor, e nesse País só é preso e só é abandonado nas ruas aqueles que são os menos favorecidos pela sorte.

Portanto, é o resgate de uma dívida social de cidadania, que os Poderes Constituintes deste Estado tinham para com este segmento da nossa sociedade.

Os marginalizados, os excluídos, os presos, os encarcerados, os condenados e, sobretudo os abandonados.

Então, é de extrema relevância um Poder, como o Legislativo ao lado do Judiciário, num momento como este, vir resgatar uma dívida como esta.

Por esta razão, é que eu estou dando ênfase, Senhor Presidente, a sansão desta matéria na última sexta-feira. E não poderia também de deixar de dizer que, com relação a criação das seis varas da infância e da juventude, sendo que, uma delas para Londrina, se não fosse o apoio indispensável do Presidente Deputado Anibal Khury, isto também não teria tornado realidade; se não fosse o empenho da vice-Governadora Emilia Belinati isto também não teria se tornado realidade; se não fosse o empenho do Deputado Antonio Belinati, enfim, de todo um conjunto de forças políticas junto ao Tribunal de Justiça, junto a esta Casa e junto ao governo do Estado, nada disso teria sido possível.

Portanto, é a vitória do Parlamento do Paraná, mas sobretudo, é a vitória da cidadania do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO FELINATI - (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, apenas para que a história registre o nosso louvor ao Deputado José Tavares que, dedicou meses e meses com muito amor, com muito carinho, com muito empenho para que, esta conquista hoje pudesse se tornar realidade.

Parabéns ao Deputado Tavares pelas gestões junto ao Presidente da Casa, ao Presidente do Tribunal de Justiça e parabéns a Justiça do Paraná, de parabéns esta Casa e principalmente o Deputado que com tanto amor se empenhou para esta grande vitória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Nada

mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 22, para logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs 035 e 040/95.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 099/96

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

conceder aposentadoria, a pedido a FRANCISCO BOTELHO NEIA, matrícula n.º 389, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual, combinado com o art. 140, inciso I, da Lei n.º 6.174/70, com proventos mensais e integrais de seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação, inerente à simbologia I-F; um (01) triênio, de acordo com o art. 4.º e parágrafo 1.º, da Resolução n.º 02/64 e Proposição n.º 66/83; (05) cinco quinquênios, de acordo com a Lei n.º 6.174/70, em seu art. 170 e parágrafo único, calculados em conformidade com a Resolução n.º 7894/91 do Tribunal de Contas do Estado cinco (05) adicionais, de acordo com o art. 171 e parágrafo 1.º da citada Lei n.º 6.794/76 e art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal; e cem (100%) por cento de gratificação pela prestação de serviços em tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o art. 1.º, da Lei n.º 6.174/70, com nova redação pelo art. 6.º da Lei Complementar n.º 21/84 como dispõe o Decreto Legislativo n.º 229/85, resultando em proventos de inatividade conforme informação de fls. 09, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, da Diretoria de Pessoal desta Casa.

(Prot. n.º 12.618/93).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 100/96

RESOLVE:

conceder aposentadoria compulsória por invalidez, nos termos dos artigos 139, 224 e parágrafo único e 235 da Lei n.º 6.174/70, a ANTONIO FERALDO MARLANO, matrícula n.º 40038, funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo "A" - nível 61, com vencimentos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de um (01) adicional conforme art. 170 e parágrafo único da citada Lei n.º 6.174/70, tendo em vista o Parecer n.º 198/95 da Procuradoria Geral do Estado, no sentido de que os benefícios do Estatuto dos funcionários Cíveis do Estado, só poderão ser concedidos ao funcionário efetivo após o cumprimento do tempo estabelecido; resultando em proventos de inatividade conforme informação de fls. 06, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, da Diretoria de Pessoal da Casa.

(Prot. n.º 12.954/95).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.05.96.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário
NELSON GARCIA
2º Secretário

Atos da Diretoria:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N° 40/96

colocar a disposição da COHAPAR - Ponta Grossa, a servidora DEBORA ALICE CEREGATTI, funcionária deste Poder Legislativo, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 1996.

PORTARIA N° 41/96

colocar a disposição da COHAPAR - Ponta Grossa, o servidor deste Poder Legislativo FERNANDO ROULOS MACHADO, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 1996.

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 22.05.96.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral